

PF e Abin sob governo Lula indicaram nomes associados ao bolsonarismo

Delegados com postos relevantes na gestão passada foram exonerados por causa de investigações

Ranier Bragan

BRASÍLIA A investigação sobre a existência de um órgão paralelo de arapongagem no governo Jair Bolsonaro (PL) derubou de cargos de comando na Polícia Federal e no Abin (Agência Brasileira de Inteligência) dois delegados que também estavam em posições de relevo na gestão passada.

No último dia 26, Carlos Afonso Gonçalves Gomes Coelho foi afastado da coordenação de Aviação Operacional da PF por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal). Na terça-feira (26), foi a vez de Alessandro Moretti ser exonerado da diretoria-adjunta do Abin, por decisão do presidente Lula (PT). A história da ascensão e queda desses dois delegados ilustra em parte a disputa de bastidor entre as cúpulas da PF e do Abin, que se desentendem desde o período da transição do governo. Então, um mesmo grupo acalentava a intenção de controlar ambas as instituições, mas Lula tomou decisão diferente.

Na PF, colocou Andrei Rodrigues, delegado que coordenou a sua equipe de segurança na campanha de 2022 e que estabeleceu relação de proximidade não só com Lula, mas também com a primeira-dama, Jânina. A escolha do presidente não encontrou resistência de Flávio Dino (PSB), que assumiria a pasta da Justiça, à qual a PF está subordinada. Já no Abin, o presidente escolheu um antigo auxiliar: Luiz Fernando Corrêa, que havia sido diretor-geral da PF em seu segundo mandato, em 2019, e o mesmo presidente também retirou a agência de inteligência das mãos dos militares (o Galvão, de Segurança Institucional) e a colocou sob o guarda-chuva da Casa Civil, do ministro Rui Costa.

Para sua equipe, Corrêa escolheu como número 2 e 3 Alessandro Moretti e Paulo Maurício Fortunato, respec-



Os diretores-gerais da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e do Abin, Luiz Fernando Corrêa. Fotos: Luchini/Infoimagem e Pedro Franco/Agência o Estado

tivamente.

Essas indicações foram usadas pela PF para tentar desgastar a direção do Abin, nos bastidores, com o argumento de que Corrêa estaria levando para a gestão Lula pessoas que exerceram papel relevante sob os ordens de Bolsonaro.

Moretti foi o número 2 de Anderson Torres na Secretaria de Segurança do Distrito Federal, entre 2018 e 2021, e comandou a diretoria de inteligência da PF em 2022 quando Torres era ministro da Justiça e Segurança Pública. Foi justamente em 2022 que a relação de Moretti com Anderson Torres começou a estreitar. O então chefe de inteligência da PF apontado pela atual cúpula da corporação como responsável por dificultar o tra-

balho da equipe de segurança de Lula durante a campanha eleitoral.

Moretti acabaria sendo indicado para a direção da PF na França, mas Andrei barrou a nomeação assim que assumiu o cargo.

Já Carlos Afonso Coelho, chefe do CINI (Centro de Inteligência Nacional) do Abin —justamente o órgão suspeito de abrigar um núcleo de atividades paralelas em favor da família Bolsonaro—, além de ter sido o número 2 de Alexandre Ramagem na agência, Coelho foi nomeado coordenador de Aviação Operacional da PF em 13 de outubro, em portaria assinada pelo então secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelletti.

A responsabilidade pela indicação, porém, foi de Andrei. Pessoas próximas afirmaram que Coelho era um nome de confiança do diretor-geral da PF tendo trabalhado com ele na Sege (Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos).

Essa nomeação é apontada por integrantes do Abin como prova de que as críticas contra o “passado bolsonarista” de Moretti eram apenas um pretexto na tentativa de ampliação de espaços de poder dentro do governo Lula. Moretti foi exonerado após vir a tomar operação no último dia 25 em que a PF afirma que ele agiu para obstruir as investigações.

De principal, os investigadores citam participação de

sobre irregularidades no uso da FirstMile.

Nepêdido que foi feito a Moraes para a realização dessa operação, o delegado da PF Daniel Carvalho Brasil Nascimento escreveu que a manutenção de Coelho no cargo teve como objetivo evitar que ele fosse alertado sobre as investigações.

O Delegado Carlos Afonso, por exemplo, atualmente ocupa a função de Coordenador de Aviação Operacional, da Polícia Federal. Trata-se de unidade operacional de grande prestígio e respectabilidade na instituição. A ascensão ao posto de relevo, contudo, se deu sem intervenção desta coordenação de contrainteligência para não atrapalhar as investigações em curso, posto que eventual negativa para assumir o cargo inevitavelmente alertaria o delegado.

A PF afirmou que a nomeação de Coelho para o cargo se deu por questões técnicas, já que ele é piloto de aeronave e já havia trabalhado na coordenação de Aviação Operacional anteriormente. Não há contato dessa função com a área de investigação ou de inteligência, diz o órgão.

O FirstMile é o software adquirido pelo Abin no final da gestão Michel Temer (2016-2018) e que começou a ser usado sob Bolsonaro, tendo ficado em operação de 2019 a 2021. O programa é alvo de investigação da Polícia Federal sob a suspeita de ter sido usado pela gestão Bolsonaro para espionagem ilegal de adversários políticos. O software fornece a localização aproximada das pessoas por meio dos sinais enviados por aparelhos às antenas de telefonia celular.

A Polícia Federal já realizou três operações autorizadas pelo STF, a primeira em outubro de 2023 e as duas últimas, nos dias 25 e 26 de janeiro deste ano. Nas duas primeiras houve busca e apreensão na sede do Abin.

Entre outros pontos, os investigadores afirmam ter havido um “contato” entre a atual gestão do órgão de inteligência e os investigados.

O alvo da última operação foi o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos), filho de Jair Bolsonaro, apontado pela Polícia Federal como integrante do núcleo político da suposta organização que usaria o Abin para fins alinhados à sua função institucional.

Moraes vota para condenar mais 12 por ataques do 8 de janeiro

Constança Rezende

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), votou para condenar 12 réus acusados de participar dos ataques golpistas de 8 de janeiro, nesta sexta (2). As penas impostas pelo magistrado vão de 12 a 17 anos.

O julgamento é feito na sessão do plenário virtual —sistema em que os ministros depositam os seus votos eletronicamente— e se encerra no dia 9. Até lá, pode haver pedido de vista (mais tempo para análise) ou destaque (o que leva o caso ao plenário físico). Até a conclusão desta edição, os demais ministros ainda não haviam votado.

Moraes, que é relator do caso, considerou que os réus aderiram a propósitos criminosos direcionados a uma tentativa de ruptura institucional, “que acarretaria a abolição do Estado democrático de Direito e a deposição do governo legitimamente eleito, mediante violência, vandalismo e significativa depredação ao patrimônio público”.

“Cabe destacar, ainda, que a herida criminosa golpista atua desde a proclamação do resultado das eleições gerais de 2022, em intento organizado que procedeu em escalada de violência até culminar no lamentável episódio do início



Participantes de atos golpistas durante invasão ao Palácio do Planalto, em janeiro do ano passado. Foto: Reuters - 8 Jan 2023, AFP

de janeiro deste ano [na vertente, do ano passado]. Desta forma, restaram configuradas nos autos a materialidade e autoria delitiva”, afirmou o ministro.

Moraes ainda votou para que os 12 réus paguem, de forma solidária, uma mul-

ta no valor de R\$ 30 milhões por danos morais coletivos. Todos foram denunciados pela PGR (Procuradoria-Geral da República) pela prática de crimes como tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, da-

no qualificado, deterioração do patrimônio tombado e associação criminosa armada. A PGR apresentou ao ministro 46 denúncias contra acusados dos ataques golpistas, mas parte deles pode ser beneficiada por acordos de persecução penal, que evi-

tariam julgamentos pelo STF. Em 14 de dezembro, Moraes concedeu liberdade provisória a 46 presos sob suspeita de participação nos atos golpistas de 8 de janeiro. Na decisão, Moraes afirmou que os beneficiados deveriam usar tornozeleira eletrô-

nica, manter o recolhimento domiciliar e não poderiam utilizar redes sociais nem se comunicar com os demais investigados.

— **Flávio Magalhães**
O colunista está de férias